GRUPO PARLAMENTAR CHEGA

Assembleia da República
Divisão de Apoio às Comissões
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Entrada: 04/09/2024
Discussão e votação a: 18/09/2024
Resultado: Rejeitado
Favor: CH, BE
Contra: PSD, PCP, L e CDS-PP
Abstenção: PS
Ausência: IL e PAN

Exmo. Sr. Presidente da Comissão da

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Deputado Filipe Neto Brandão

Assunto: Requerimento para audição conjunta com a Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, com carácter de urgência, dos ex-Administradores e Acionistas da empresa Atlantic Gateway, SGPS, SA, David Gary Neeleman e Humberto Manuel dos Santos Pedrosa e ex-presidente da Parpública, Pedro Ferreira Pinto, perante o relatório da IGF – Inspeção-Geral de Finanças, sobre a Auditoria às Contas da Contas da TAP, SA e da TAP, SGPS, SA, e as suspeitas de crime na privatização da TAP em 2015.

Exmo. Sr. Presidente,

A Inspeção-Geral de Finanças (IGF) no seu relatório às contas da TAP, que foi solicitado pelo anterior ministro das Finanças Fernando Medina, por recomendação da Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da gestão da TAP, refere que a Atlantic Gateway, consórcio de David Neeleman e Humberto Pedrosa, adquiriu 61% do capital da TAP, SGPS, "*comprometendo-se a proceder à sua capitalização através de prestações suplementares de capital, das quais 226,75 milhões de dólares americanos foram efetuadas através da sócia DGN Corporation com fundos obtidos da Airbus*".

Sendo que sublinhar que o referido montante de capitalização "*coincide com o valor da penalização (226,75 milhões de dólares americanos) assumido pela TAP, SA, em caso de incumprimento dos acordos de aquisição das 53 aeronaves (A320 e A330), o que evidencia uma possível relação de causalidade entre a aquisição das ações e a capitalização da TAP, SGPS e os contratos celebrados entre a TAP, SA e a Airbus*".

Perante esta cenário, a IGF revela no seu relatório suspeitas de crime na privatização da companhia aérea, durante a gestão de David Neelman e Humberto Pedrosa, em 2015.[1]

Em síntese, esta suspeita assenta na aquisição da TAP através de uma garantia da própria empresa, em que o negócio desta compra por David Neelman terá sido financiado através de um empréstimo de 226 milhões de dólares por parte da Airbus, que obriga a TAP a pagar os 226 milhões de dólares emprestados a David Neelman, caso não comprasse as 53 aeronaves.[2]

Perante estas suspeitas, o atual Governo, de acordo com sugestão da IGF, terá enviado nos últimos dias de agosto, este relatório ao Ministério Público, tendo sobre este assunto o ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, afirmado que "*O Governo recebeu o relatório na semana passada, homologou o relatório e enviou ao Ministério Público e à Assembleia da República, como lhe compete. Todo o cabal esclarecimento será feito*"[3].

Ter em conta que este relatório indica ainda que a TAP, SGPS celebrou com a Atlantic Gateway um contrato de "*prestação de serviços de planeamento, estratégia e apoio à reestruturação da dívida financeira, que teve como finalidade o pagamento de remunerações e prémios, no período de 2016 a 2020, a membros do Conselho de Administração da TAP, SGPS, no montante de 4,3 milhões de euros*", nomeadamente David Neeleman, a Humberto Pedrosa e a David Pedrosa. Pelo que conclui "*que o pagamento das remunerações aos administradores em causa foi efetuado através de um contrato de prestação de serviços simulado (pois aparentemente o fim não era o mesmo para o qual fora celebrado), apresentando-se apenas como instrumental para o efeito pretendido*".

Segundo o relatório, este procedimento "*afigura-se irregular no pagamento/recebimento das remunerações aos membros do Conselho de Administração, que, assim, eximiram-se às responsabilidades quanto à tributação em sede de IRS e contribuições para a Segurança Social*", a que acresce a indicação no referido relatório que esta estratégia do comprador era do conhecimento da Parpública e do Governo, quando Maria Luís Albuquerque era ministra das Finanças e Miguel Pinto Luz era secretário de Estado com a tutela setorial da TAP.

---

[1] TAP foi comprada com o seu próprio dinheiro: relatório revela suspeitas de crime na privatização - Expresso
[2] Relatório da IGF revela que TAP foi comprada em 2015 com garantia da própria empresa – ECO (sapo.pt)
[3] Governo recebeu relatório da IGF na semana passada e enviou ao Ministério Público - Expresso

Apesar de a Parpública, no âmbito do procedimento do contraditório institucional, apresentar pareceres divergentes em algumas matérias do relatório, a Inspeção Geral de Finanças, mantém a sua posição nas conclusões apresentadas.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, vem o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA, requerer a audição conjunta com Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação, com carácter de urgência, dos ex-administradores e acionistas da empresa Atlantic Gateway, SGPS, SA, David Gary Neeleman e Humberto Manuel dos Santos Pedrosa e do ex-Presidente da Parpública, Pedro Ferreira Pinto.

Palácio de S. Bento, 4 setembro de 2024

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Rui Afonso – Eduardo Teixeira – Ricardo Dias Pinto – Marcus Santos